

# Indaqua defende abordagem integrada para reduzir perdas de água

26 de Agosto, 2019

Poupar água é uma obrigação de todos, reconhecendo que se trata de um bem escasso. A questão que se coloca é se as águas captadas para consumo estarão a ser geridas de forma eficiente, sublinha Enrique Castiblanques, CEO da Indaqua.



A verdade é que os números demonstram que, todos os anos, se perdem mais de 276 milhões de m<sup>3</sup> de água não faturada, o que daria para abastecer a cidade de Lisboa durante três anos. O que confirma que há um enorme potencial de melhoria rumo à poupança e eficiência. Em 2017, ano de seca extrema, as perdas de água em Portugal aumentaram novamente, ultrapassando a barreira dos 30%. A região Norte apresenta os piores exemplos, mais concretamente Trás-os-Montes. Há regiões onde se perdem 642 litros de água por ramal e por dia. Algo que contrapõe, por exemplo, com Santo Tirso e Trofa, com 13 litros perdidos, por ramal e por dia.

O que vem provar a urgência de aumentar a eficiência das redes de água. A Indaqua adotou uma abordagem integrada que contribui para a redução significativa de perdas reais. Em 2018, este operador privado que serve cerca de 600 mil habitantes na zona do Grande Porto, apresentou menos de metade das perdas nacionais (14,3%), comprovando que os privados contrariam a tendência nacional ao reduzirem as suas perdas de água.

Tendo em conta as 256 Entidades Gestoras (EG) que compõem Portugal Continental, e segundo o Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP) publicado pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), referente à evolução do setor no ano de 2017, constata-se que o índice de perdas publicado pelo regulador (Água Não Faturada – ANF) registou o valor de 30,2%, o pior resultado dos últimos quatro anos. O país voltou assim a estar acima da fasquia dos 30% e entrou no intervalo em que o regulador classifica a qualidade do serviço como “Insatisfatória”. Mas quando

se isolam os operadores do setor privado (concessões municipais responsáveis pelo abastecimento de cerca de 20% da população), a imagem é bem diferente, apontando para uma redução sustentada do índice. Pelo que a Indaqua não hesita em afirmar que se o país, no seu conjunto, tivesse o mesmo nível de desempenho dos operadores privados, não se teriam perdido, só em 2017, 122 milhões de m<sup>3</sup> (o suficiente para abastecer o país em mais de 60 dias).

### **O contributo da Indaqua**

Dos 28 municípios que, em 2017, registaram uma percentagem de ANF inferior a



20% (qualidade de serviço boa), seis têm os seus sistemas concessionados a empresas do grupo Indaqua (Fafe, Matosinhos, Santa Maria da Feira, Santo Tirso, Trofa e Vila do Conde). Os dois municípios com menores valores de água não faturada em Portugal (Santo Tirso e Trofa) estão concessionados à Indaqua. No final de 2018, o conjunto dos operadores da Indaqua voltaram a registar uma redução muito significativa. Oliveira de Azeméis, a concessão mais recente do grupo, atingiu menos de 20%. O que significa que desde 2018 que todos os municípios onde a Indaqua opera já atingiram o objetivo nacional de redução de perdas de água. Além disso, os três municípios com operações da Indaqua com melhores resultados apresentam índices inferiores a 10%.

O grupo ganhou ainda dois concursos públicos de quase seis milhões de euros para reduzir a água não faturada na Maia e em nove municípios do distrito de Aveiro, num modelo contratual em que parte da remuneração provem das poupanças geradas pelas EG, algo que acontece, nesta área, pela primeira vez na contratação pública em Portugal.

Para tal, a empresa irá proceder ao levantamento cadastral e implementará um sistema de informação geográfica, assim como o projeto e construção necessários ao zonamento de redes, controlo de pressões, substituição de contadores e demais trabalhos de engenharia, pesquisa e monitorização.

### **Indaqua: tecnologia, know how e recursos qualificados**

O CEO da Indaqua não hesita em afirmar que a empresa tem “tecnologia, know-how e recursos altamente qualificados para gerir com qualidade, eficiência e rigor o abastecimento de água potável e o saneamento das águas



residuais e, deste modo, dispõe de capacidade para travar alguns dos maiores problemas que se colocam às redes de abastecimento e saneamento: as perdas de água, resultantes, por exemplo, de fugas na rede, e no saneamento, as afluições indevidas, como o das águas pluviais que se infiltram nas redes”.

No sentido de partilhar a sua experiência, a Indaqua tem vindo a participar em projetos de redução das perdas com outras entidades gestoras, num modelo de contratos de desempenho, no qual a sua remuneração fica condicionada a atingir objetivos efetivos de melhoria de desempenho. Este modelo, inspirado nas empresas ESCO do setor energético, limita fortemente o risco do operador que contrata o apoio técnico e o investimento à Indaqua. Já testado em vários contratos internacionais desenvolvidos pela Miya, acionista da Indaqua, este modelo está a dar os primeiros passos em Portugal.

Para este operador, a estratégia para reduzir perdas de água deverá passar por uma abordagem integrada. A Indaqua disponibiliza assim a todas as EG uma prestação de serviços que engloba desde a elaboração de um Plano Detalhado de Eficiência Hídrica, à pesquisa ativa de fugas, colocação de sensores nas redes ou criação de zonas de gestão de pressão. Atividades que, se implementadas em simultâneo e de forma coordenada, permitem uma rápida e eficaz diminuição das fugas de água das redes de distribuição e, conseqüentemente, do volume de perdas dos sistemas.

A Indaqua recorda que as maiores entidades gestoras são as que apresentam um pior desempenho unitário na gestão da água não faturada e que a medida mais adequada para avaliar a performance das EG não é a ANF em percentagem. A empresa adianta que a utilização de KPI's não percentuais revela que “dimensão e eficiência não estão correlacionadas”. E que parece pois evidente que a melhoria do KPI nacional de água não faturada passa por uma melhoria de desempenho das maiores entidades gestoras. A Indaqua considera que atingir os objetivos nacionais de ANF só é possível atuando sobre as maiores EG's, e não integrando entidades gestoras de pequena dimensão. Assim, segundo a empresa, reduzir a água não faturada em 20 das 25 maiores EG levaria o KPI nacional de 30,2% para 26,3%, se cumprissem com a média nacional, ou 21,6% se atingissem o nível de desempenho das atuais 10 melhores. Se as 100 entidades gestoras com menor volume de ANF melhorassem o seu desempenho para o nível das 10 melhores, atualmente o KPI em água não faturada em Portugal passaria de 30,2% para 28,9%.

Enrique Castiblanques garante que havendo em Portugal empresas com níveis de

competência de topo ao nível mundial, como é o caso da Indaqua, o caminho mais rápido para o setor passa por envolver essas empresas em contratos de parceria com as entidades gestoras. O que leva a que não exista impedimento para que, de forma sustentada, o setor como um todo evolua para níveis de desempenho similares aos do setor privado.